



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

junho de 2006

boletim da anpur n. 2

EDITORIAL

É com entusiasmo que chamamos a atenção de todos para a profícua agenda de eventos relativos à nossa área no segundo semestre deste ano. Do desenho urbano à demografia, da história das cidades ao planejamento comparado e ao poder local, esse extenso conjunto de informações pode ser consultado no presente número do Boletim da **ANPUR**.

Lembramos ainda que o nosso próximo Encontro Nacional acontecerá em Belém do Pará, em maio de 2007 e que em breve começaremos a divulgação da chamada de trabalhos e de proposições para as sessões livres do XII ENA, bem como do 5º Prêmio Brasileiro "Política e Planejamento Urbano e Regional" para teses de doutorado e dissertações de mestrado e do 3º Prêmio Milton Santos para artigos publicados.

9º CONCIDADES

Entre os dias 07 e 09 de junho, aconteceu, em Brasília, a 9ª reunião do Conselho das Cidades. Na ocasião, tomaram posse as instituições eleitas na 2ª Conferência Nacional das Cidades, realizada no mês de dezembro último. Compõem atualmente o Conselho 86 entidades como membros titulares e 85 como membros suplentes.

A **ANPUR**, eleita membro titular pelo segmento Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, compõe essa representação ao lado da ABES – Associação Brasileira de Engenharia Ambiental, do IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil, da ANPET – Associação Nacional de Pesquisa e Ensino de Transporte, da ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Como membros suplentes desse mesmo segmento estão a AGB – Associação de Geógrafos do Brasil, a ANTAC – Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, a ANEAC – Associação Nacional de Engenheiros e Arquitetos da Caixa, a ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos e o COFECI – Conselho Federal de Corretores de Imóveis. Lamenta-se que a FENEA – Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura, que apresentou sua candidatura ao Conselho na conferência de dezembro, desistiu de participar como membro suplente do mesmo, deixando vaga uma representação preciosa para o segmento.

Indicada pelas outras entidades presentes, a **ANPUR** representou o segmento na mesa diretora de posse dos conselheiros eleitos, tendo saudado, em nome de todos, a importância do Conselho, reafirmado o compromisso com o seu pleno funcionamento e ressaltado a necessidade de entendimento da questão territorial como integradora das diversas políticas, inclusive as macro-econômicas.

A pauta da reunião foi extensa e merecem destaque as seguintes resoluções do Conselho:

- reafirmação do prazo estabelecido pelo Estatuto da Cidade, em seu artigo 50, com relação aos planos diretores participativos para os municípios com obrigatoriedade de fazê-lo. Aqueles que não o aprovarem até o próximo dia 10 de outubro, colocam seus dirigentes em situação de grande fragilidade, pois incorrem em improbidade administrativa, bem como em violação da ordem urbanística. Uma articulação com os Ministérios Públicos Estaduais já está em andamento no sentido de agilizar os mecanismos de fiscalização e de responsabilização legal dos municípios inadimplentes;



- recomendação à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal de aprovação da Medida Provisória nº 292, de 26 de abril de 2006, que regulamenta a regularização fundiária de assentamentos de baixa renda e o incentivo à implementação de programas habitacionais de interesse social em áreas da União;
- recomendar que a Câmara e o Senado suspendam a tramitação dos projetos de Lei existentes sobre o marco regulatório do saneamento, enquanto não houver decisão do Supremo Tribunal Federal sobre as ações de inconstitucionalidade existentes sobre a questão;
- recomendar aos estados e municípios a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais das Cidades;
- financiar a participação no Conselho das Cidades dos segmentos dos trabalhadores, das ONG's e das entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa.

Na reunião do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, do qual participa a **ANPUR**, após uma explanação dos trabalhos em andamento nas várias diretorias da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a questão que polarizou as discussões diz respeito aos planos diretores participativos como medida de compensação para os empreendimentos de impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Tendo em vista a complexidade da questão, a sugestão, apoiada e defendida pela **ANPUR**, foi a de ratificação do acordo preliminar implementado pelo Ministério das Cidades com a Petrobrás e a ATE II Transmissora de Energia S.A., bem como a criação de um grupo de trabalho para aprofundar a discussão e elaborar resolução específica a respeito da questão.

Ana Fernandes
Presidente da **ANPUR** FAUFBA

FNHIS

Ainda na 9ª reunião do Conselho das Cidades, foram indicadas, pelos diversos segmentos, as entidades representantes dos mesmos junto ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Por consenso das entidades presentes, a **ANPUR** foi indicada para representar o segmento Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa. Nabil Bonduki, diretor da **ANPUR** e Demetre Anastassakis, conselheiro nacional do IAB, assumem essa tarefa para o próximo período, respectivamente na condição de membro titular e de membro suplente.

Além disso, o pleno do Conselho aprovou uma recomendação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que prevê a destinação de R\$ 3 bilhões de reais para esse Fundo no Orçamento Geral da União de 2007.

Ana Fernandes
Presidente da **ANPUR** FAUFBA



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

junho de 2006

boletim da anpur n. 2

UMA NOVA CIDADE É POSSÍVEL?

**DA DESIGUALDADE
PARA O
DESENVOLVIMENTO:
FINANCIAMENTO,
TERRA E
PARTICIPAÇÃO
SOCIAL**

**DOCUMENTO DA
SOCIEDADE CIVIL
BRASILEIRA PARA O
FÓRUM URBANO
MUNDIAL**

O Encontro Preparatório da Sociedade Civil Brasileira para o 3º Fórum Urbano Mundial, foi realizado no dia 16 de maio de 2006, na SEESP, em São Paulo e se propôs a debater o tema de forma a identificar pontos importantes a serem levados como contribuição para o evento. Participaram do encontro 75 pessoas, representando 41 entidades, dentre as quais Universidades, associações, ONG's, mandatos parlamentares, movimento social e outros. Neste encontro foi também apresentada a Carta Mundial pelo Direito à Cidade que será levada ao Fórum Urbano Mundial como proposta das entidades brasileiras.

O encontro se deu no dia seguinte à segunda-feira tenebrosa que aterrorizou a cidade de São Paulo e algumas ausências se deveram a esse fato.

A Programação foi organizada da seguinte forma:

1ª. Mesa: Impacto das políticas neo-liberais sobre as cidades: habitação, infra-estrutura e serviços urbanos

Palestrantes: Marcos Montenegro, Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades
Ermínia Maricato, Profa Titular da FAU USP

Debatedores: Ana Fernandes, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - **ANPUR**

Coordenador: Murilo Celso de Campos Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo SEESP

2ª. Mesa: Terra Urbana para Moradia Social

Palestrantes: Paulo Lomar, Advogado Constitucionalista
Rosana Denaldi, Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Santo André

Coordenador: Raimundo Bonfim, Central de Movimentos Populares - CMP

Relator: Ubiratan Félix, Diretor Executivo da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – FISENGE

3ª. Mesa: Lugar dos Movimentos Sociais, no Brasil e no Mundo na Conjuntura Atual

Palestrantes: Wander Geraldo, Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM
Silvio Caccia Bava, Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG

Coordenadora: Arlete Moysés Rodrigues, Associação dos Geógrafos do Brasil - AGB

Assim, conforme as apresentações nas mesas e os debates, considerou-se importante destacar os seguintes pontos:

1. Constata-se um aprofundamento da pobreza nas cidades latino americanas. A precarização da vida urbana é evidente. Em 1990 havia cerca de 111 milhões de moradias informais (favelas e loteamentos piratas) na América Latina. Em 2001 eram 127 milhões¹. No Brasil, entre 1991 e 2000 houve um aumento de 22,5% do número de favelas. Enquanto os domicílios cresceram 1,01% em todo o país os domicílios em favelas cresceram 4,18%².
2. Constata-se, paralelamente, o aumento da segregação sócio-espacial e/ou fragmentação

- territorial e o aumento violência e do crime organizado, especialmente nos territórios ilegais onde o Estado é ausente e nenhuma lei formal se aplica;
3. Reconhece-se o impacto da chamada globalização no processo de empobrecimento das cidades, em função do: declínio econômico resultante dos ajustes fiscais, recuo nas políticas públicas sociais, aumento do desemprego e precarização do trabalho e desregulamentação na ação do Estado priorizando o mercado privado;
 4. Identifica-se na maior parte dos países do sul, com exceção importante da Índia e da China, a implementação de um mesmo modelo econômico e político baseado no chamado Consenso de Washington, cujas conseqüências têm sido muito negativas ao aprofundar o declínio econômico e a desigualdade histórica;
 5. O Processo de transferência de renda dos países mais pobres para os mais ricos ou do setor de produção internamente a cada país para o setor financeiro tem sido sistemático. A previsão de pagamento dos juros da dívida pública brasileira, segundo a Lei Orçamentária Anual de 2006 é de 179,5 bilhões de reais, enquanto que a previsão de investimento no programa Bolsa Família - maior programa social do Brasil - é de 8,3 bilhões de reais;
 6. Tem sido recorrente o condicionamento dos empréstimos de parcela das Agências de Desenvolvimento à implementação de tal modelo pelos entes federativos revelando uma falta de sensibilidade para com os dramas sociais vividos pelos países do sul;
 7. Com relação às entidades financeiras públicas e nacionais – Bancos Centrais, Ministérios da Fazenda, por exemplo - é evidente a ausência de democracia e de transparência em seus critérios e ações. Freqüentemente os Congressos Nacionais têm menos poder do que essas instituições;
 8. A soberania dos Estados Nacionais bem como o pacto federativo tem sido abalado por essa política e seus mecanismos, desorganizando os entes federativos e também o território nacional fortemente influenciado pelas políticas de exportação. O meio ambiente, a diversidade cultural, o conhecimento tradicional indígena e camponês são ignorados pela ação que, potencializada por tecnologia de ponta, busca apenas o poder sem fronteiras sobre a produção de alimentos e matérias primas;
 9. O *establishment* das entidades relacionadas ao desenvolvimento do sul desconsidera freqüentemente que as cidades pertencem às Nações e que devem ser vistas no contexto nacional, cultural, histórico e social, e não como entes autônomos. Mas esse equívoco se estende também a muitas ONGs que vêem as cidades como entes independentes.
 10. Apesar de todas essas considerações reconhece-se que as conquistas do movimento social têm sido significativas em um período de pouco crescimento econômico, mas de maior liberdade política. No Brasil são relevantes as experiências realizadas por Prefeituras democráticas com gestões participativas durante as décadas de 1980, 1990 e 2000. Considere-se ainda: a aprovação da Lei Federal “Estatuto da Cidade” em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, a criação do Conselho das Cidades em 2004, a aprovação da lei e criação (em curso) do Fundo e Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005, e a realização das Conferências Nacionais das Cidades, como ações decisivas para a consolidação de uma política urbana mais justa.

Assim, reafirma-se:

1. A importância do papel do Estado em relação às políticas públicas e sociais;
2. A necessidade de substituir políticas “públicas” orientadas por interesses pessoais ou de grupos por políticas que respeitem planos urbanos, indicadores e metas a serem atingidas,

- como as Metas de Desenvolvimento do Milênio;
3. A necessidade de subsídio para moradia, saneamento, transportes, bem como para alimentação, saúde, educação, cultura, lazer e esportes voltados em especial para os jovens em situação vulnerável;
 4. O respeito à diversidade social, cultural, territorial, ambiental e religiosa. São rejeitados os modelos que se aplicam a qualquer país, indistintamente;
 5. A negação à privatização de bens e serviços essenciais à vida humana como a água;
 6. A necessidade de democratização e transparência das entidades públicas econômicas e financeiras que tomam decisões que afetam a vida em cada nação e restringem de forma autoritária a capacidade de investimento do Estado em políticas sociais;
 7. A necessidade de articular as políticas setoriais de transporte, habitação, meio ambiente, saneamento com a política fundiária para ampliar o acesso à moradia e a sustentabilidade ambiental;
 8. A necessidade de articular o financiamento à habitação com a política fundiária;
 9. A necessidade de fortalecer os processos participativos: Fóruns, Conselhos Campanhas e Conferências em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais;
 10. A necessidade de aprofundar a unidade das forças sociais democráticas e solidárias – movimentos populares, ONGs, mulheres, etnias, raças, pesquisadores, profissionais, empresários, etc.
 11. Necessidade de autonomia e independência dos movimentos sociais em relação ao poder público.

Além do documento que deverá ser levado a Vancouver, o LABHAB retirou dos relatos feitos sobre as mesas e debates outras idéias e propostas que não são necessariamente dirigidas a um público internacional, mas mais adequadas para alimentar a luta no interior do país na busca de uma cidade mais justa e democrática, ou seja, na luta pela Reforma Urbana.

A Mesa 1 deu suporte para a identificação do diagnóstico já apresentado em nível internacional, sendo que, especificamente no caso brasileiro, foram indicadas as seguintes propostas:

1. Necessidade de ampliação e democratização do Conselho Monetário Nacional - CMN;
2. Revisão da metodologia de contabilidade dos gastos públicos que têm incentivado os processos de privatizações e travado a capacidade de investimento do Estado
3. Pela Aplicação dos recursos vinculados determinados conforme lei e que têm sido utilizados para outros fins, como a CIDE (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico) e a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira);
4. Contra a independência do Banco Central;
5. Pela formulação de um compromisso social na aplicação dos fundos de pensão (aproximadamente R\$ 370 bilhões) sem que isso signifique prejuízo para seus beneficiados.
6. Transferência dos recursos do FGTS aplicados em títulos (aproximadamente R\$50 bilhões) para aplicação em habitação e saneamento sem prejuízo para os titulares das contas.

Na Mesa 2 foram abordados no âmbito nacional os seguintes tópicos:

1. Persistência do desencontro entre as diversas legislações que incidem na ocupação da terra urbana que acabam por inviabilizar a produção de moradia social e a melhoria das favelas além da regularização fundiária.



2. Questionamento do papel dos governos estaduais na aprovação de projetos municipais o que tem sido exigido também por Cartórios e pelo Ministério Público, quando a Constituição Federal é clara sobre as atribuições municipais;
3. Questionamento do entendimento da sustentabilidade ambiental completamente desvinculado das necessidades sociais e da realidade urbana. Lembrou-se que as cidades ocupam apenas 0,25 % do território nacional e que cabe a essa área normas específicas de ocupação do solo;
4. Questionou-se a aplicação do Código Florestal nas cidades bem como o fato de que o novo decreto que regulamenta as leis de acessibilidade tornou qualquer construção em sítios acidentados inviáveis.

Como propostas foram indicadas:

5. Necessidade de insistir na implementação dos Planos Diretores baseados no Estatuto da Cidade;
6. Necessidade de desenvolver a capacidade técnica das prefeituras, visando fortalecer e viabilizar o Estatuto da Cidade;
7. Romper com a visão setorial e articular a habitação, o meio ambiente, a acessibilidade e o saneamento;
8. Rever, condensar e articular a legislação urbana existente;
9. Articular o financiamento com a política urbana e em especial fundiária;
10. Respeitar a autonomia municipal nas definições sobre a ocupação do solo considerando a diversidade territorial e as condições naturais do sítio urbano;
11. Necessidade de mudança na cultura jurídica sobre as cidades.

Finalmente, a Mesa 3 indicou como propostas:

12. Necessidade de unificação e de capacitação dos movimentos sociais;
13. Reforçar o papel dos conselhos para que sejam efetivamente espaços de debate e explicitação de conflitos;
14. Necessidade de realizar a reforma política visando maior controle social sobre mandatos parlamentares e executivos;
15. Viabilizar a mudança no sistema de financiamento das campanhas eleitorais.

Brasil. São Paulo, 09 de junho de 2006.

Assinam esse documento:

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
- AGB – Associação dos Geógrafos do Brasil
- **ANPUR** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
- CMP – Central de Movimentos Populares
- CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores
- FAU Mackenzie – Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie
- FISENGE – Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros
- FNA – Federação Nacional dos Arquitetos
- FNRU – Fórum Nacional da Reforma Urbana
- IAB Nacional – Instituto dos Arquitetos do Brasil
- LABHAB FAUUSP – Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

junho de 2006

boletim da anpur n. 2

- MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia
- SASP – Sindicato dos Arquitetos de São Paulo
- SEESP – Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo
- UNMP – União Nacional de Moradia Popular

SEMINÁRIO PROJETOS URBANOS E CONTEMPORÂNEOS

Incentivar a reflexão acerca das novas formas de atuação sobre as cidades brasileiras: esse é o objetivo do Seminário, que busca alcançar tanto o meio acadêmico quanto o ambiente institucional e técnico em que as diretrizes são formuladas e os projetos urbanos são elaborados. A iniciativa pretende ainda contribuir para o avanço do conhecimento e para o aprimoramento do debate sobre políticas e intervenções necessárias ao desenvolvimento urbano no país.

O evento, que conta com o apoio da **ANPUR**, acontece nos dias 10 e 11 de agosto, na cidade de São Paulo, no Campus da Universidade São Judas Tadeu – USJT. As inscrições para ouvintes se iniciam no dia 12 de junho e são gratuitas.

10 - 11 agosto 2006 São Paulo (SP)

<http://www.usjt.br/prppg/eventos/semprojurb/>

Realização: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu

Apoio: **ANPUR**, Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Instituto de Arquitetos do Brasil - Depto. São Paulo, Instituto Polis, Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado de São Paulo

SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO

Como parte da programação científica da **ANPUR** acontece, de 04 a 06 de setembro, em São Paulo, o IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. A partir do levantamento de um elenco de questões acerca do urbanismo, o Seminário pretende identificar identidades, trocas e transversalidades disciplinares, estimular o diálogo entre pesquisadores e favorecer a reflexão conjunta em torno das múltiplas dimensões que caracterizam a cidade como objeto de estudo. A programação reúne três mesas temáticas, com quatro apresentadores de trabalho em cada uma. As inscrições para ouvintes estão com preços reduzidos até o dia 30 de junho.

04-06 setembro 2006 São Paulo (SP) http://www.fupam.com.br/PORTAL/noticias_detalhe.asp?Id=22

Realização:

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAU-USP

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo EESC-USP

Programa de Pós-Graduação em Urbanismo PUC-CAMPINAS

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Presbiteriana Mackenzie

Apoio: **ANPUR**



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

junho de 2006

boletim da anpur n. 2

ESTUDOS POPULACIONAIS

Ao completar 30 anos, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais pretende conjugar passado e presente no seu próximo encontro, celebrando as conquistas e discutindo os desafios e oportunidades das próximas três décadas. O tema central deste ano é "Desafios e oportunidades do crescimento zero". Já foram encerradas as submissões de trabalhos para o XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

18-22 setembro 2006 Caxambu (MG) http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=471&nivel=1

Realização: ABEP

III SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E PESQUISA EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

A recente retomada da preocupação com as cidades e regiões e seus grandes problemas, manifestos na crise social e econômica, tem produzido novas demandas por qualificação profissional na área de planejamento urbano e regional. Esta conjuntura cria forte impacto sobre a pós-graduação e a pesquisa. No cenário internacional, diversas mudanças vêm sendo observadas nas formas de ensino difundidas em todos os continentes. No Brasil, acompanha-se a reforma universitária, a defesa de novos formatos de ensino e matrizes de funcionamento pelo Plano Nacional de Pós-Graduação, além de uma ousada estimativa de formação de novos doutores em curto prazo e reorganização do conhecimento através das propostas do CNPq, CAPES E FINEP.

Diante deste contexto de mudanças, a **ANPUR** promove, nos dias 11 e 12 de outubro próximos, em Salvador, o III Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais. A programação inclui uma conferência de abertura sobre as "Transformações recentes na realidade urbana brasileira: impactos e novas demandas à pós-graduação e à pesquisa", além de quatro mesas redondas com os temas "configurações atuais do ensino de pós-graduação", "internacionalização do ensino: tendências, implicações e perspectivas", "avaliação de desempenho de programas e pesquisadores: critérios vigentes e perspectivas" e "construindo uma rede de ensino em estudos urbanos e regionais: programa e ações de apoio e capacitação de professores". Ainda serão realizados grupos de trabalhos e plenária final.

11-12 outubro 2006 Salvador (BA)

www.anpur.org.br

Realização:

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAUFBA

Núcleo de Pós-Graduação em Administração EA-UFBA

ANPUR

PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E NA EUROPA: UM DIÁLOGO AINDA POSSÍVEL?

O Planejamento urbano brasileiro atravessa um momento de inflexão; o questionamento sobre a prática do planejamento funcionalista, modernista, que começou já na década de sessenta nos EUA e Europa, encontra na proposta de Reforma Urbana e mais especificamente na lei denominada Estatuto da Cidade, uma resposta genuinamente brasileira. No cerne desta proposta está a resolução dos problemas habitacionais a partir do combate à especulação imobiliária através de instrumentos que buscam disponibilizar no mercado uma maior oferta de solo urbano, através de uma participação popular efetiva. Por outro lado, existem algumas



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

junho de 2006

boletim da anpur n. 2

ações importantes nas cidades brasileira na linha do chamado planejamento estratégico.

A Europa, por sua vez, debruça-se sobre problemas sócio-espaciais importantes e há algum tempo tenta ultrapassar modelos que fragmentaram a cidade criando sub-espacos que não se comunicam. A idéia, por exemplo, dos grandes conjuntos de apartamentos de subúrbios das grandes cidades francesas, resultaram, num primeiro momento, na solução dos problemas habitacionais do pós-guerra; essa solução, no entanto, em alguns casos criou "cidades" dentro de cidades, sem ou com poucas possibilidades de articulação, seja por sua forma, seja pela concentração de grupos sociais homogêneos.

A solução da criação de Zonas Especiais de Interesse Social, no Brasil, procurou a integração de uma grande parte da população brasileira à cidade formal pela possibilidade de regularização fundiária e de acesso a serviços que antes, se não existiam, eram fornecidos a partir de uma relação clientelista, onde a cidadania não era exercida, plenamente. No entanto, se não forem pensadas de forma orgânica com a cidade, as ZEIS poderão repetir o efeito dos subúrbios parisienses.

Por outro lado, a crença nos modelos e utopias urbanísticas parecem ter cedido lugar, em algumas experiências, a um planejamento urbano de possibilidades, perdendo a visão de planejamento territorial abrangente e de totalidade.

Questões como estas mostram que, apesar da reflexão urbanística brasileira apresentar um nível de maturidade sem precedentes em termos de respostas aos seus problemas, não pode prescindir da experiência internacional.

O Seminário "Planejamento Urbano no Brasil e na Europa: um diálogo ainda possível?" reunirá pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa do Brasil e da França para discutir as questões comuns e os caminhos divergentes do planejamento urbano brasileiro e Europeu.

23-25 outubro 2006 Florianópolis (SC)

www.planurb.cfh.ufsc.br

Realização:

Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina
Laboratório Cidade e Sociedade da Universidade Federal de Santa Catarina

Apoio:

ANPUR

**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL
SOBRE PODER
LOCAL**

O X Colóquio Internacional sobre Poder Local, que tem como tema central "Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios", acontece de 11 a 13 de dezembro de 2006, na cidade de Salvador, Bahia. Desde 1986, o eixo principal do Colóquio é a análise dos poderes locais em, pelo menos, três dimensões: como recortes e escalas territoriais, como espaços simbólicos e como espaços de gestão. São vinte anos de trajetória comemorados no X Colóquio, que tem como missão discutir, principalmente, os rumos da gestão social de territórios, integrando saberes e práticas numa perspectiva multidisciplinar e pluri-institucional. A chamada de trabalhos é feita a partir de 21 palavras-chave: Desenvolvimento; Espaço; Tempo; Ambiente; Cultura; Identidades; Integridade e Corrupção; Globalização; Resistência; Riscos e Catástrofes; Participação; Pacto; Solidariedade; Competição; Criatividade, Imaginação e Inovações;



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

junho de 2006

boletim da anpur n. 2

Mutações; Serviços; Disseminação; Instrumentalidade; Práticas. O Colóquio está avaliado pela CAPES como internacional A e o prazo para inscrição de resumos vai até o dia 14 de agosto de 2006.

11-13 dezembro 2006 Salvador (BA) <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/eventos/Coloquio>

Realização:

Núcleo de Pós-Graduação em Administração EAUFBA

Apoio:

ANPUR, ANPAD

**CONCURSO CARGO
PROFESSOR
DOUTOR**

Estão abertas pelo período de 30 dias, a contar de 03 de julho de 2006, as inscrições para o concurso público de provas e títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3, em RTP, nas áreas de Desenho e de Informática Aplicada, nas disciplinas EC-104 Desenho Técnico Fundamental; AU-212 Desenho II: Desenho Técnico e AU-301 Informática Aplicada I: Introdução à Comunicação, do Departamento de Arquitetura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP, conforme edital publicado no D.O.E. de 30 de junho de 2006, págs. 156 e 157, disponível em <http://www.sg.unicamp.br/>.

Maiores informações com Edmilson Roberto, telefones 3788-2314 ou 3788-2446, e-mail edrobert@fec.unicamp.br, ou Miguel Leite, telefone 3788-2403, e-mail miguell@fec.unicamp.br

**CONVOCATÓRIA
PARA CONTRATAR
PROFESSOR
INVESTIGADOR**

O Centro de Estudos Demográficos, Urbanos e Ambientais (CEDUA) do Colégio do México tem como objetivos realizar pesquisas que contribuam para o avanço do conhecimento nos campos da população, urbanização e meio ambiente no México e na América Latina; oferecer programas docentes de mestrado e doutorado nos campos antes mencionados, e difundir os resultados de seus trabalhos no meio acadêmico e para o público em geral.

Com o propósito de fortalecer suas atividades de investigação e docência, o CEDUA convoca interessados de qualquer nacionalidade ao concurso para contratar um professor-investigador a tempo completo, correspondente à categoria A do Estatuto do Pessoal Acadêmico do Colégio do México, a partir do 1º de janeiro de 2007.

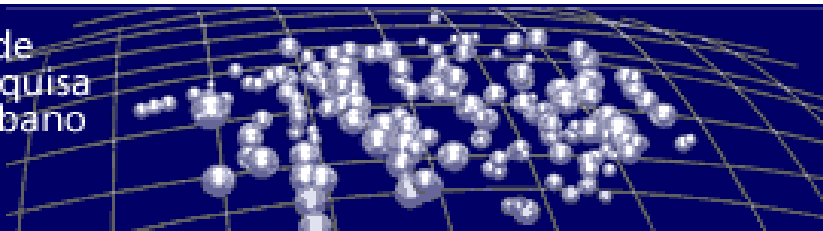
As atividades a realizar serão trabalhar em pesquisa e em docência sobre o meio ambiente e sua inter-relação com os processos demográficos, urbanos, econômicos e sociais.

O prazo para apresentação de candidaturas será entre 24 de julho e 15 de setembro de 2006.

Maiores informações através do e-mail direccion.cedua@colmex.mx ou na página www.colmex.mx



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



junho de 2006

boletim da anpur n. 2

Caso não deseje receber o Boletim da ANPUR , responda a este e-mail colocando como assunto "suspensão de recebimento".

Contribuições devem ser encaminhadas para anpur@ufba.br

ANPUR

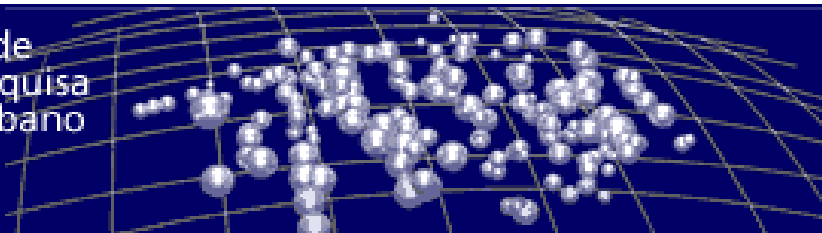
Presidente: [Ana Fernandes \(UFBA\)](#)
Secretaria Executiva: [Tânia Fischer \(UFBA\)](#)
Secretaria Adjunta: [Marco Aurélio A. de F. Gomes \(UFBA\)](#)
Diretores: [Edna Maria Ramos de Castro \(UFPA\)](#) [Lilian Fessler Vaz \(UFRJ\)](#) [Nabil Georges Bonduki \(USP\)](#)
Conselho Fiscal: [Frederico Rosas B. de Holanda \(UnB\)](#) [Leila Christina Duarte Dias \(UFSC\)](#) [Rodrigo Ferreira Simões \(UFMG\)](#)
Projeto Gráfico: [Xico Costa \(UFBA\)](#)
Editoria: [Ana Fernandes](#) e [Fátima Ribeiro](#)

Faculdade de Arquitetura -UFBA
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Caetano Moura, 121 Federação
40210-350 Salvador BA Brasil
Tel: 55 – 71-3247-3511 ramal 233 /Fax: 55 - 71-3247-3511 ramal 206

www.anpur.org.br
anpur@ufba.br



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



junho de 2006

boletim da anpur n. 2